

Relator quer amarrar LDO a um anexo de prioridades

Orçamento

Marcos Magalhães

O deputado Messias Góis (PFL-SE), relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1992, está preparando uma inovação para incluir no substitutivo que apresentará à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional no dia 25. Ele vai inserir um anexo onde elencará os setores prioritários para os investimentos do Governo no ano que vem.

Entre os eleitos pelo deputado estão setores como educação, saúde, extensão rural, saneamento básico, habitação, irrigação, restauração de rodovias e abastecimento de água. O relator também não esqueceu da pesquisa, do esporte amador, da assistência aos índios — “para agradar aos nossos verdes” — e do incentivo ao turismo.

“Listando as prioridades na LDO, obrigamos o Governo a segui-las na hora de elaborar o projeto de orçamento para o ano que vem”, explica Messias Góis, que já manteve vários encontros com técnicos da nova equipe econômica.

A idéia de elaborar um anexo à

Josemar Gonçalves 12.03.87



Góis: equipe econômica mudou

LDO surgiu quando o deputado se deparou com as 1245 emendas apresentadas ao projeto do Governo. Muitos dos deputados e senadores se mostraram dispostos a promover, já na apreciação da LDO, alterações que garantissem a concessão de verbas públicas para suas regiões de origem, como costumam fazer apenas durante a tra-

mitação do projeto de orçamento.

Messias Góis admitiu que as emendas são impróprias para um projeto de lei de diretrizes. Mas desfez, pelas próprias sugestões dos deputados, que alguns setores sempre eram lembrados. “Ao pedirem dinheiro para a construção de estradas em seus Estados, os parlamentares estão apenas demonstrando uma preocupação nacional com a conservação das rodovias”, exemplificou.

Além do anexo, Góis previu que as alterações no projeto original chegarão a mais de metade do texto. “O projeto foi elaborado por outra equipe econômica”, lembrou o deputado, que já solicitou aos técnicos recém-empossados a indicação de seus próprios objetivos para a LDO. “E a nova equipe tem uma visão muito diferente da anterior”, comparou.

O deputado não adiantou as mudanças que vai promover no texto, mas assegurou que pretende restringir os gastos com custeio da máquina administrativa, além de procurar diminuir o tamanho do Estado.